

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2015

(Da Sr^a. Ana Perugini)

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão do Trabalho, Administração e de Serviço Público a ser realizada no dia 26 de novembro de 2015, às 10hs, para debater sobre o impacto causado pelas demissões de professores e funcionários da rede pública estadual, decorrente do fechamento de 94 escolas no Estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão do Trabalho, Administração e de Serviço Público, a ser realizada no dia 26 de novembro de 2015, às 10hs, conforme aprovado por Requerimento 98/2015, de autoria do Deputado Federal Valmir Prascidelli, do PT/SP, que debaterá sobre o impacto causado pelas demissões de professores e funcionários da rede pública estadual, em decorrência do fechamento de 94 escolas no Estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

O governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou um plano de reorganização escolar com objetivo de dividir as escolas públicas do Estado por ciclos. Esta reorganização resultará no

fechamento de centenas de escolas públicas e demissões em massa de professores e funcionários, além de superlotar ainda mais as salas de aula.

O assunto a ser debatido na Comissão do Trabalho, Administração e de Serviço Público em Audiência Pública no dia 26 de novembro de 2015, às 10hs, é de suma importância a participação da Comissão de Educação por se tratar assunto específico desta.

A reorganização escolar anunciada pelo governador do Estado de São Paulo vem na contramão ao Plano Nacional de Educação (PNE) implantado em 2014, pelo Governo Federal, onde determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional para os próximos dez anos, cujas metas exigem um acompanhamento permanente por esta comissão.

Portanto, consideramos de fundamental importância a participação em conjunto da Comissão de Educação na realização desta Audiência Pública, com intuito de assegurar uma educação de qualidade para a população do Estado de São Paulo.

Reitero, portanto, aos nobres Pares, a aprovação do presente requerimento para missão tão especial: contribuir para o cumprimento de nossa legislação, valorizando assim a Educação, o corpo docente e nossos alunos, em nome de melhor qualidade de vida e justiça social.

Sala das Comissões, de novembro de 2015.

ANA PERUGINI
Deputada Federal